

A DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL HISTÓRICO EM SANTO ÂNGELO – RS ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL NA INTERNET

Marina Gowert dos Reis¹

Juliane Conceição Primon Serres²

João Fernando Igansi Nunes³

RESUMO

Nesse artigo observa-se a mobilização de um grupo comunitário de Santo Ângelo, cidade gaúcha de passado missioneiro, que através da internet reúne-se para discutir a defesa do seu Centro Histórico perante a especulação imobiliária, e busca diálogo com instâncias governamentais municipais e estaduais para efetivar a proteção desse patrimônio cultural. Esse grupo é formado presencialmente, e tem suas discussões levadas ao ambiente digital em grupo criado na rede social *Facebook*. A partir de levantamento e análise de dados sobre o grupo digital, procura-se demonstrar o cenário de utilização da internet como canal de participação social nos processos de preservação patrimonial.

Palavras-chave: Centro Histórico de Santo Ângelo – RS. Internet como ferramenta de mobilização social. Processo de Patrimonialização.

-
- 1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da UFPEL.
 - 2 Professora Doutora no Curso de Museologia, Conservação e Restauração da UFPEL.
 - 3 Professor Adjunto do Centro de Artes da UFPel.

1 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SANTO ÂNGELO

Santo Ângelo é uma cidade da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sendo o maior município da região das Missões, conhecida como Capital das Missões, com 78.908 habitantes conforme dados do Censo de 2014 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014). É também o município mais populoso da região noroeste do estado e tem economia baseada na agropecuária. A atividade turística é presente na cidade, com todo o aporte de gastronomia, hotelaria e entretenimento decorrente de tal prática. E, apesar da importância histórica da cidade para a região, o seu Centro Histórico, que é espaço de vestígios arqueológicos do período missioneiro e da migração europeia, não foi tombado em nenhuma instância, e assim está protegido somente por leis municipais, essas que não apresentam uma normativa detalhada para preservação.

No ano de 2012 foi iniciado o processo de patrimonialização do Centro Histórico em nível estadual, incentivado por ações de um grupo civil organizado. Tais mobilizações iniciam-se por ocasião da possível demolição de um sobrado da década de 1920, considerado pelo COMPAHC – Conselho Municipal do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural de Santo Ângelo – como patrimônio da cidade, estando em processo de tombamento. Essa demolição foi embargada em setembro de 2011, mas a necessidade de proteção do Centro Histórico através de legislação instaura-se na comunidade da cidade, isso porque essa passa a perceber um avanço da especulação imobiliária, com ações que partem não somente da premissa de destruir edificações históricas, mas também de modificar o entorno desse espaço que é testemunha do passado da cidade, e que conserva alguma disposição geográfica do que era o povoado missioneiro.

Em setembro de 2011 um grupo de pessoas de Santo Ângelo organizou-se em um grupo digital na rede social *Facebook*⁴. Esse grupo, o Defenda Santo Ângelo! Quero nossa História Viva!⁵, que atualmente tem 1.211 membros⁶, organizou, em maio de 2012, um abaixo-assinado digital⁷ pedindo ao Iphae – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – o tombamento estadual desse Centro Histórico.

O abaixo-assinado foi, então, o instrumento que incentivou a abertura do processo administrativo no Iphae. Essa solicitação aconteceu também pelo apoio da sociedade civil organizada através da *Oscip Defender* - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público para a Defesa Civil do Patrimônio Cultural. A Defender tem sede em Cachoeira do Sul – RS, e atua, desde 2002, no diálogo entre comunidades e o poder público, tendo foco em assuntos de defesa do patrimônio histórico e artístico.

Esse processo culminou, em julho de 2012, no tombamento provisório, como medida preventiva, de cerca de 500 edificações que compreendem o Centro Histórico, seguido do levantamento técnico para a elaboração de inventário, que identificaria quais prédios seriam tombados e quais seus níveis de preservação. O proces-

4 O Facebook é a rede social na internet que hoje em dia atinge, somente no Brasil, 72 milhões de usuários cadastrados, com uma penetração na população de 37,7%. Dentre suas ferramentas está a criação de perfil pessoal, envio de mensagens particulares entre usuários, criação de páginas para os mais diversos fins e organização de grupos de discussão. Disponível em: <<http://www.facebook.com>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

5 Grupo na rede social Facebook, com necessidade de convite para acesso. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/211236288937044/>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

6 Dados de 29 de novembro de 2014.

7 Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2012N24905>>. Acesso em: 1 ago. 2015. Esse abaixo-assinado digital foi organizado no website Petição Pública (Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/>>. Acesso em 1 ago. 2013.), que tem seu foco de ação no empoderamento de indivíduos e comunidades que buscam levar suas causas à outras instâncias.

so de inventário foi organizado pela Prefeitura da cidade, através de equipe multidisciplinar e pelo COMPAHC, com apoio do Iphae. Já nesse primeiro passo do caminho da preservação verificou-se discórdia no município, em especial por parte de moradores que se viam prejudicados, acreditando que não poderiam mais fazer nenhuma modificação em seus imóveis e por pessoas relacionadas ao ramo da construção civil, que viram aí um impedimento à especulação imobiliária.

Já em meados de 2013 observa-se que parte da comunidade de Santo Ângelo, notavelmente os proprietários de imóveis em iminente tombamento, começou a se colocar contra a patrimonialização, e buscam a primazia dos direitos privados de propriedade e desenvolvimento. Em 30 de agosto de 2013 ocorre o “Protesto das Cruzes”, quando proprietários de imóveis, liderado pelo advogado Nelmo da Souza Costa, colocam cruzeiras missionárias, simbolizando edificações que podem ser tombadas, em frente à Prefeitura do município, e faixas com a frase “Tombamento sem Lei: Aqui Jaz o Futuro de Santo Ângelo”.

É nesse momento de tensão entre poderes públicos municipais, estaduais na figura do Iphae, proprietários de imóveis patrimonializáveis e o grupo organizado, que no dia 16 de outubro de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado a notificação de tombamento do Centro Histórico de Santo Ângelo. Ainda que o inventário inicial e o tombamento provisório contassem com 500 imóveis patrimonializáveis, nesse ato foram tombadas 116 edificações, mostrando a existência de um trabalho de seleção.

Em novembro de 2013, perante a iniciativa do poder municipal de organizar um Projeto de Lei para a proteção patrimonial, o Iphae, em reunião com o Poder Executivo e Legislativo da cidade, afirmou que não iria publicar a portaria de tombamento dos imóveis do município. Esse ato selou a ideia de que o patrimônio de um município deve ser preservado e protegido através de leis

construídas pelo próprio município, ainda que em concordância com a Constituição e com o apoio de órgãos estaduais. Nesse ensejo, o Iphae publicou uma nota de esclarecimento⁸ sobre o processo e essa ação, assegurando que as edificações já consideradas no inventário não poderiam ser destruídas, já estando assim protegidas.

E esse é o espectro que permanece no município em relação à preservação do patrimônio cultural: um impasse entre a proteção e o relativo progresso representado pela especulação imobiliária, o debate entre a comunidade que busca defender e proteger o patrimônio cultural e os proprietários de imóveis do Centro Histórico; a tentativa de sobreposição do Poder Municipal ao Estadual e Nacional; o esquecimento, ou o desvio, por parte do poder público em relação ao patrimônio histórico santo-angelense.

2 O PATRIMÔNIO CULTURAL E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O patrimônio cultural é o passado que se faz presente. Essa presença é organizada, inicialmente, pelas comunidades, e não pelas instâncias políticas (TORNATORE, 2009). Assim é estruturada outra dimensão do patrimônio cultural, esta que fala da dicotomia entre o poder político organizado, com suas normativas, e as comunidades, que passam por processos empíricos e práticos de valoração de bens patrimoniais e de uso dos mesmos. É na instância das comunidades, dos grupos, dos coletivos, que esse estudo está apoiado, tendo em mente que é a partir de memórias que os indivíduos “elevam” determinados bens, afixando-se a eles como representantes de suas identidades (PRATS, 2005).

8 Disponível em: <<http://defender.org.br/noticias/rio-grande-do-sul/nota-de-esclarecimento-tombamento-estadual-em-santo-angelo-rs/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

Ainda, o patrimônio está relacionado à qualidade de vida e ao equilíbrio harmonioso das sociedades (ARANTES, 2006), sendo também um recurso simbólico na construção de sentidos de lugares, de identidades culturais e da cultura pública, podendo, ainda, ser potência econômica, sem que isso exclua os outros valores. É nessa perspectiva que quando se fala aqui de “usos do patrimônio” quer-se fixar os bens como integrados à sociedade, e não como algo externo a ela, que se sobreponha, e, assim, que fique aos olhos dessa sociedade meramente como um suposto “espetáculo” de fins turísticos e comerciais, e não um espaço de uso e de experimentação (CHOAY, 2006).

Não se pode deixar de perceber que, na atualidade, vive-se um momento de mercantilização do patrimônio cultural (PRATS, 2006), que se mostra, principalmente, na indústria do turismo a sítios históricos, museus, monumentos, em interesses que passam pela curiosidade ao passado, até ao lazer propriamente dito. Já Choay (2006) observa uma transformação do patrimônio em produto cultural, no qual ele é vendido como mercadoria, em uma comparação que poderia aproximar um museu de um parque de diversões. O patrimônio é levado a uma metamorfose, na qual o seu valor de uso é convertido em valor econômico, que podem representar um risco ao patrimônio histórico, dado que ele precisa sofrer as “metamorfoses” para atender ao consumidor visitante.

Se o patrimônio cultural e, assim, os processos de patrimonialização encontram-se entre esses diversos poderes, fatores, diferentes memórias, como conduzi-los de maneira a equilibrar esses opostos? Assim, observa-se a necessidade de uma participação da sociedade e de uma mudança na maneira de administrar normativamente os processos de patrimonialização.

E essas mudanças partem de todos os fatores da “equação patrimonial”. Firma-se isso porque, apesar dos usos do cotidiano – para a harmonia de sociedades, a formação de identidade, o acesso

ao passado – que são próximos às comunidades, as pessoas tendem a pensar que patrimônio cultural é algo ligado às elites sociais e intelectuais (ZANIRATO, 2009). A noção de patrimônio também é vista como algo que depende de um sentido de monumentalidade. Na contramão desse hábito, Zanirato (2009) afirma que a participação social é premissa para a sobrevivência patrimonial, que um bem patrimonial só sobreviverá se sua importância for compreendida pela sociedade. Entretanto, afirma Arantes (2006), a preservação, em termos de recursos financeiros, depende, em sua maior parte, do governo, e esses investimentos só serão bem sucedidos se o sentido patrimonial e a preservação que envolve os bens forem uma ação compartilhada com a sociedade civil.

Aliás, essa participação é prevista em lei, uma vez que a Constituição de 1988, no Parágrafo 1º do artigo 216, pontua que “o Poder Público com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Brasil, 1988). Contudo, o que se observa é a situação da sociedade e, em especial, das comunidades, isentarem-se desses direitos e deveres, ainda que ocorram casos contrários. Soma-se a essa isenção a uma quase inação pública em processos de educação patrimonial, e a maneira pela qual foi organizada e normatizada a preservação no país, que centraliza as decisões em uma elite intelectual e cultural (ZANIRATO, 2009; ARANTES, 2006) reforçam a desvinculação social e esses pensamentos das comunidades.

O estudo de ações de grupos que se organizam para pedir a proteção de determinados bens patrimoniais é aqui incluído na observação de uma mudança de atitude por parte das comunidades e do poder público. Faz-se essa afirmação porque ainda que a Constituição Brasileira de 1988 pontue a necessidade da participação social para que os processos de patrimonialização aconteçam de

maneira positiva, essa convergência de esforços não acontece como esperado. Pode-se dizer que esse panorama acontece por dois fatores principais: apesar dos usos cotidianos do patrimônio – para a harmonia de sociedades, a formação de identidade, o acesso ao passado – que são próximos às comunidades, as pessoas tendem a pensar que patrimônio cultural é algo ligado às elites sociais e intelectuais (ZANIRATO, 2009) e não aos grupos comunitários; soma-se a essa isenção uma quase inação pública em processos de educação patrimonial, e a maneira pela qual foi organizada e normatizada a preservação no país, que centraliza as decisões nessa elite intelectual e cultural (ZANIRATO, 2009; ARANTES, 2006).

É nesse ponto, de uma necessidade de que a participação social aconteça, que se estuda a internet como um meio potencial para organização e mobilização de grupos para pedir aos poderes públicos a proteção de determinados bens culturais. O caso de Santo Ângelo é um exemplo dessa utilização, ainda que não seja o único. Esses processos são apresentados a seguir, quando aqui se esmiúça o Defenda Santo Ângelo! e os usos que esse grupo faz desse espaço. Ainda assim, pode-se incluir essa mobilização dentro de um novo costume que se repete na sociedade ao redor do mundo, que é o uso da internet para organização de levantes sociais e para difusão de informações sobre essas causas (MALINI; ANTOUN, 2013).

3 O GRUPO “DEFENDA SANTO ÂNGELO! QUERO NOSSA HISTÓRIA VIVA!” E CAMINHOS DIGITAIS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O Defenda Santo Ângelo! Quero Nossa História Viva!, grupo organizado no *Facebook* por moradores de Santo Ângelo em 6 de setembro de 2011, é usado aqui como objeto de análise de um grupo digital que funciona como local de discussão sobre problemas de proteção ao patrimônio cultural. Esse é um grupo fechado, ou seja,

novos membros precisam ser aceitos pelos administradores, que conta com 1.212⁹ membros.

As *postagens* contidas no Defenda Santo Ângelo! foram analisadas a partir de quatro períodos, uma vez que considerando o volume de *postagens* não seria possível observar todas, e quatro categorias, que são originárias de questionamentos relativos às mobilizações digitais e às teorias do patrimônio cultural.

Sobre os períodos analisados:

- 1) as *postagens* do mês de **setembro de 2011**, quando o grupo é criado;
- 2) entre **maio e agosto de 2012**, com início na organização do abaixo-assinado, indo até o momento em que é postulado o tombamento provisório pelo Iphae;
- 3) entre **agosto e setembro de 2013**, etapa marcada pelo Protesto das Cruzes e pela audiência pública realizada na cidade;
- 4) entre **outubro e novembro 2013**, quando o Iphae publica a notificação do tombamento e, por fim, não promulga esse ato, passando para o poder municipal a incumbência de construir uma Legislação de preservação.

Sobre as categorias de análise de dados:

- 1) **atos do processo x respostas no grupo**, identifica o principal assunto discutido em cada período;
- 2) **sujeitos ativos x sujeitos observadores**, buscando evidenciar o percentual de membros ativos nos grupos em relação aos que somente observam;

9 Dados de 29 de novembro de 2014.

3) participação na internet x participação nas ações, relacionando o número de integrantes do grupo com o número de pessoas que se posiciona em ações efetivas, como o abaixo-assinado;

Vale falar de outra escolha metodológica. Nesse trabalho optou-se por não realizar entrevistas. Ainda que essas pudessem funcionar como fonte de dados sobre o processo de patrimonialização e sobre as ações do DSAQNHV, um dos objetivos dessa pesquisa está em entender os usos da internet como ferramenta de participação social. Além disso, foi relevante colocar-se como um observador externo, que imerge no grupo com a hipótese de que as redes sociais na internet vêm trazendo mudanças para as mobilizações sociais e para o diálogo entre grupos e poderes públicos.

A tabela a seguir (Tabela 1) apresenta índices de números de dias analisados, número de *postagens* por período, e média de *postagens* por dia.

Tabela 1. Apresentação de dados relativos à primeira categoria de análise.

PERÍODO	Nº DE DIAS	POSTAGENS	POSTAGENS/DIA
1	24	70	2,91
2	123	127	1,03
3	61	59	0,96
4	61	75	1,22

No primeiro período, os membros do grupo *postaram* mais diariamente do que nos outros períodos analisados. Atrela-se esse dado ao fato desse ser um momento “efervescente” nas discussões patrimoniais no âmbito da cidade. A diminuição desses índices

mostra que essa vontade de discutir, e mesmo o tempo de permanência na rede social, modificaram-se. No segundo, terceiro e quarto períodos a média de *postagens* por dia fica em torno de uma *postagem*, o que mostra que mesmo que o trânsito de informações tenha diminuído, a atividade diária não se extinguiu. Também se relaciona essa diminuição aos conceitos de tempo de permanência em uma rede social (RECUERO, 2012), que versa sobre os diferentes tempos de atenção que uma pessoa tem em um *website* de rede social.

Ademais, as pessoas ainda estavam no grupo, e, como será visto a seguir, o número de membros aumentou, e o espaço de discussão foi ampliado para outros assuntos relativos ao patrimônio cultural. No primeiro período, as *postagens* abordam os temas do patrimônio municipal. Já nos outros três momentos esse panorama modifica-se, ainda que esses temas estejam presentes nas discussões. Pode-se dizer que o grupo vira um espaço para diálogo de temas relativos ao patrimônio cultural, ainda que o caso de Santo Ângelo seja a questão principal.

A coleta de dados sobre as variações no número de membros do DSAQNHV foi comprometida, uma vez que o *Facebook* não permite que se tenha acesso a um registro temporal desse crescimento. Assim foi necessário recorrer à estimativas e *postagens* que citassem o número de membros que o grupo tinha naquele momento. Dessa forma, apresenta-se no gráfico a seguir (Figura 1) esses dados mensurados por período analisado.

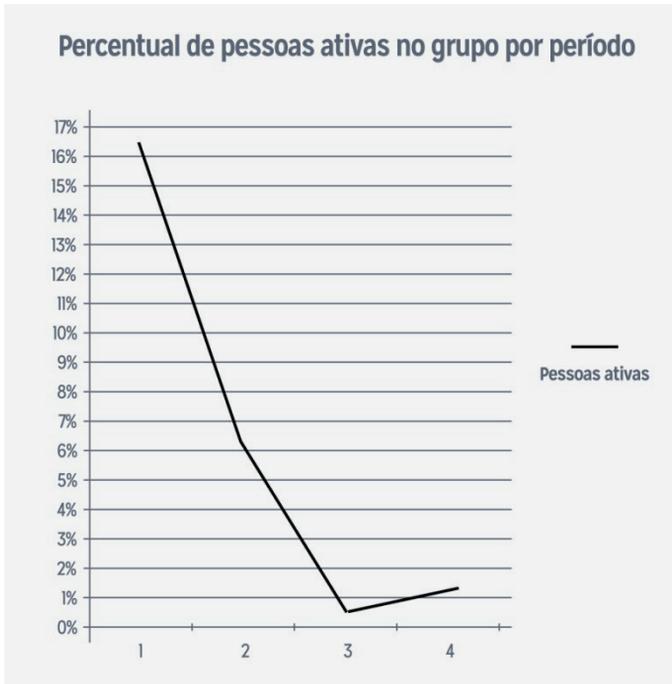
Figura 1. Gráfico em linha mostrando o total de membros no grupo por período analisado.



Fonte: produzido pelos autores.

Ainda se faz outra análise do montante de membros do grupo: desses, qual o número de pessoas que é realmente ativa no grupo, que *posta* mensagens, comenta em *postagens*? A partir desses dados foi possível perceber que existe uma minoria ativa e um grande grupo que é somente observador. Essas porcentagens são apresentadas no gráfico a seguir (Figura 2).

Figura 2. Gráfico em linha mostrando percentual de pessoas ativas no grupo por período analisado.



Fonte: produzido pelos autores.

Ainda que o montante de membros do grupo chegue a mais de 1000 pessoas (Figura 1), o percentual desses que tem uma postura ativa, é pequeno. O maior índice de membros ativos (Figura 2) alcançado foi na criação do grupo, quando 16,2%, das 216 pessoas *postava e comentava* diariamente. Com o tempo, esses índices diminuíram, chegando a um ponto onde somente 0,5% das pessoas participavam ativamente das discussões. É claro que o aumento do número de pessoas que constituem o grupo faz com que esses índices baixem, entretanto, o que se observa é que essas mudanças não modificam o “grupo que publica”. Os nomes desses indivíduos

não são apresentados aqui como forma de proteção, mas se pode afirmar que são os mesmos nos quatro períodos analisados. Assim, um grupo de 4 pessoas fez 60% das *postagens*.

Ora, essas ações, de uns falando pelo grupo maior, não são vistas aqui de maneira negativa. Na observação do que é discutido no grupo é possível concluir que esses atores somente incentivam ações e não incutem ideias na comunidade, verificando também que não existe nenhum tipo de censura no âmbito do grupo.

E, uma vez que esses atores sociais tem um papel de tamanha importância para o grupo, vale considerar quem são essas pessoas. As quatro pessoas que são as mais ativas no DSAQNHV, tem formação acadêmica¹⁰ em áreas relacionadas à preservação e valorização do patrimônio e da memória social, são ativistas em um contexto de sociedade civil (falando também da presença ativa da Defender no DSAQNHV), não tem relação com empresários, construtores, empreendedores que buscam a especulação imobiliária em Santo Ângelo, já participaram ou participam de projetos municipais de valorização patrimonial e memorial, e também se enquadram em outras lutas sociais. Assim é possível dizer, ao menos no que foi visto, que essas pessoas tem o conhecimento necessário para falar de uma comunidade maior quando se trata de questões patrimoniais, o que firma o fato de que o grupo ativo ser pequeno não enfraquece as ações do DSAQNHV perante o poder público.

Então, sobre o grande percentual de pessoas que se mantem somente como observador, pode-se dizer que tomam essa atitude por vontade, não por alguma imposição, e que assim essas pessoas podem se beneficiar do que é discutido ali, observando as discussões. Ainda que não se sintam à vontade para se manifestar, essas pessoas se engajam nas ações, uma vez que o número de pessoas que

10 Essas informações têm como fonte os perfis pessoais dessas pessoas na rede social Facebook, que não são disponibilizados aqui como forma de preservar a identidade dos mesmos.

são membros do grupo conta como fator de impacto perante outras mídias e nas ações do DSAQNHV. Esses observadores também são relevantes para a mobilização pensando grupo como um espaço de aprendizagem sobre questões de preservação patrimonial. Então, classificar essas pessoas como “somente observadores” é esvaziar de significado um conjunto que é importante, seja como pessoa que está ali aprendendo, ainda que não proponha discussões.

A terceira categoria de análise, que foi proposta para observar a relação entre a presença de membros no grupo digital e a presença em ações concretas, foi mensurada somente a partir do abaixo-assinado digital organizado para ser levado ao Iphae.

O abaixo-assinado foi entregue no dia 8 de junho de 2012 com 225 assinaturas, enquanto o grupo tinha 463 membros. Ainda que o grupo seja um lugar ativo de discussão, e que a preocupação com a destruição do patrimônio histórico seja presente, quando é organizada uma ação político-social, nem todos os membros engajam-se. Vale comentar que ainda que a divulgação do abaixo-assinado dentro do grupo não tenha sido extensa, aparecendo em somente 5 *postagens*, o documento era divulgado em perfis do *Facebook*, abrangendo um maior número de visualizações.

É possível trazer alguns motivos que explicam essa falta de engajamento “real” nas ações de busca por preservação. Santo Ângelo é uma cidade de médio porte, fazendo com que, de uma maneira geral, as pessoas da comunidade conheçam umas às outras. Por vezes, o engajamento em uma ação como essa pode prejudicar pessoas em seus empregos e círculos sociais, momento no qual o ambiente digital traz proteção. Ainda assim, quase metade dos membros do grupo assinou o abaixo-assinado, considerando que pessoas de fora do mesmo podem fazer parte desse número.

Nas discussões presentes no grupo do *Facebook* existe o interesse sobre a história do município, se essa comunidade está somente ligada ao passado jesuítico, onde estão os referenciais

do passado imigrante, e ainda a importância da transformação do patrimônio histórico, no compartilhamento de exemplos de reformas, restaurações e adequações de edifícios, etc. Observando essas minúcias é possível ver que o grupo não vê o patrimônio de Santo Ângelo como algo estanque, mas sim como bens vivos, e que a cidade não deve ser consolidada tão somente a partir do passado missioneiro, mas também a diversidade identitária. Esses conceitos organizados a partir da vivacidade diferem muito da ideia que é promulgada pelo Legislativo Municipal, este que, em 25 de novembro de 2013, promulga a Lei Municipal nº 3.781, conhecida como “Lei contra o tombamento”.

4 CONCLUSÃO

Essa pesquisa surgiu da inquietação de entender como a internet está sendo usada, de modo empírico e não normatizado, como canal para a busca de direitos sociais, em especial relacionado ao patrimônio cultural. E ainda mais, para observar como determinadas comunidades estão usando o meio digital como ferramenta de organização para apresentar sua vontade de preservar o patrimônio cultural local.

Aqui se pode dizer que, de certa maneira, a mobilização de grupos na internet em defesa do patrimônio cultural, notadamente no caso de Santo Ângelo, influencia o processo de patrimonialização estatal. Vale aqui pontuar que essa pesquisa considera o fato de que uma movimentação de grupo comunitário ser ponderada pelo poder público estadual, mesmo que esse depois venha à retirar-se do processo, é um ponto positivo, tanto para esse caso como para a participação social permeada pela internet como um todo. Isso porque foi o abaixo-assinado que iniciou essas discussões e esse

processo, primeiro na instância estadual, depois sendo levado ao poder municipal.

Com esse estudo pode-se observar que essas mobilizações não influenciaram somente o diálogo com o poder estadual, mas também as relações próximas, dentro do município. Imagina-se que todo esse processo tivesse acontecido em um momento no qual a internet não fosse popular ou não existisse. Quando a especulação imobiliária começasse a avançar sob o patrimônio histórico, as pessoas que eram contra essas ações poderiam somente se reunir presencialmente para discutir o que fazer, organizar um protesto que talvez reuniria algumas pessoas, ir de porta em porta pedindo assinaturas para um abaixo-assinado. Já hoje, com a internet, esse grupo é maior, mobilizou pessoas não somente de Santo Ângelo, possibilitou associações com organizações como a Defender, fez um abaixo-assinado digital que pode ser assinado por qualquer pessoa que tivesse interesse em fazê-lo. Se antes o grupo só poderia lutar com papéis passados de mão em mão, hoje tem um novo canal de comunicação, que tem poder de alcance até maior que as outras mídias (ainda que o seu fator de legitimação não seja tão impactante).

Esse trabalho de pesquisa também funciona como instrumento de registro do que aconteceu nesse grupo digital. Isso porque os arquivos e as interações realizadas *online* não são eternas, como acredita o conhecimento empírico. O grupo pode ser apagado, o *Facebook* pode ser fechado, a estrutura do sistema pode mudar, a própria internet pode deixar de existir. Essa “fotografia” que é apresentada aqui não é única uma vez que outras comunidades fazem uso do meio digital para fins de proteção patrimonial. O que vale registrar é que essas iniciativas de mobilização acabam por modificar as estruturas de poder, especialmente no que tange a participação social nos processos de ativação patrimonial.

THE DEFENSE OF HISTORICAL CULTURAL HERITAGE IN SANTO ÂNGELO - RS THROUGH OF THE LOCAL COMMUNITY ORGANIZATION ON THE INTERNET

ABSTRACT

In this article it is observed the mobilization of a community group of St. Angelo - RS, city with missionary past, which, through the Internet, meets to discuss the defense of its Historical Center in the face of real estate speculation, and seeks dialogue with municipal and state governmental institutions to ensure the protection of this cultural heritage. This group is formed in person, and has its discussions taken to the digital environment in a group created on the social network *Facebook*. We studied the digital group, based on data gathering and analysis, and we seek to demonstrate the scenario of Internet use as a mean of social participation in heritage preservation.

Keywords: Santo Angelo-RS's Historical Center. Internet as a social mobilization tool. Patrimonialization of Cultural Heritage.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Habitus*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/362/300>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referencia em 1º de Julho de 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf>.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilizações nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 21, p. 17-35, 2005.

PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitárias. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, 58, p 72-80, 2006.

RECUERO, R. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc.: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, dez. 2009. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/52/51>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 137-152, dez. 2009/mar. 2010. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/145>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MINICURRÍCULO

Marina Gowert dos Reis é mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP - UFPEL) (2015) e doutoranda do mesmo programa (bolsista CAPES). Possui graduação em Design Digital pela UFPEL (2012). Temas de pesquisa: internet na preservação patrimonial, patrimonialização participativa.

Juliane Conceição Primon Serres é doutora em História pela UNISINOS (2009), mestre em Museologia - Universidad de Granada - Espanha (2010), mestre em História pela UNISINOS (2004). É professora no Curso de Museologia, Conservação e Restauração da UFPEL.

João Fernando Igansi Nunes é doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP (2008), e mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS (2002). Professor Adjunto do Centro de Artes da UFPEL.